



Interseccionalidades nas pesquisas geográficas: diálogos entre geografias negras e geografias feministas na interpretação das realidades das mulheres negras

Interseccionalidades en la investigación geográfica: diálogos entre geografías negras y geografías feministas en la interpretación de las realidades de las mujeres negras

Intersectionalities in Geographical Research: Dialogues between Black Geographies and Feminist Geographies in the Interpretation of Black Women's Realities

Historial del Artículo

Recibido:

29 de marzo de 2023

Revisado:

7 de junio de 2023

Aceptado:

12 de julio de 2023

Ana Carolina dos Santos Marques^a

^aUniversidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Correo electrónico: ana-carolina.marques@unesp.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2077-2476>

Palavras-chave

interseccionalidades, geografias negras, geografias feministas, mulheres negras

RESUMO

Discutiremos a importância de pesquisadoras e pesquisadores da geografia incorporarem o debate das interseccionalidades em suas análises. A ciência geográfica, construída sob preceitos da heteronormatividade, neutralidade e universalidade, silenciou a multiplicidade de vozes que compõem a sociedade. As interseccionalidades possibilitam contemplar a diversidade de sujeitas e sujeitos que compõem o espaço geográfico, sendo que neste texto atribuímos destaque às espacialidades das mulheres negras que precisam ser entendidas a partir do entrecruzamento de diferentes clivagens identitárias. Diálogos entre as chamadas geografias negras e geografias feministas são estabelecidos, com o intuito de apontar um caminho para as teorizações interseccionais. Por se tratar de um texto teórico, o principal procedimento metodológico adotado foi levantamento e fichamento bibliográfico de pesquisas que discutem as temáticas abordadas.

Palabras clave

interseccionalidades, geografías negras, geografías feministas, mujeres negras

RESUMEN

Discutiremos la importancia de que las investigadoras e investigadores en geografía incorporen el debate de las interseccionalidades en sus análisis. La ciencia geográfica, construida bajo preceptos de heteronormatividad, neutralidad y universalidad, ha silenciado la multiplicidad de voces que componen la sociedad. Las interseccionalidades permiten contemplar la diversidad de sujetos que conforman el espacio geográfico, y en este texto, hacemos hincapié en las espacialidades de las mujeres negras, que deben ser entendidas desde la intersección de diferentes clivajes identitarios. Se establecen diálogos entre las llamadas geografías negras y geografías feministas para señalar un camino hacia teorizaciones interseccionales. Por tratarse de un texto teórico, el principal procedimiento metodológico adoptado fue un relevamiento y búsqueda bibliográfica de investigaciones que discutan los temas abordados.

Keywords

intersectionalities, black geographies, feminist geographies, black women

ABSTRACT

This paper aims to discuss the importance of geography researchers incorporating the debate of intersectionalities in their analyses. The geographic science, built under precepts of heteronormativity, neutrality, and universality, has silenced the multiplicity of voices that make up society. Intersectionalities make it possible to contemplate the diversity of subjects that compose the geographic space, and in this text, we highlight the spatialities of black women, which must be understood from the intersection of different identity cleavages. Dialogues between the known black geographies and feminist geographies are established, aiming to point a way to intersectional theorizations. Since this is a theoretical text, the main methodological procedure adopted was a survey and bibliographic research that discusses the themes addressed.

¹ Este artigo apresenta parte das discussões teóricas realizadas na dissertação intitulada “As espacialidades instituídas pelas jovens mulheres negras na e por meio da cultura em Londrina (PR)”, elaborada junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

Introdução

Discutiremos a importância da ciência geográfica em tanto incorporar o debate das interseccionalidades em suas análises. Para isso, indicamos as chamadas geografias negras e geografias feministas como dois subcampos que possibilitam desenvolver o debate e considerar a diversidade de pessoas que constituem o espaço geográfico. Com o intuito de exemplificar os conteúdos abordados ao longo do texto, discorro acerca das vivências socioespaciais de mulheres negras.

Desde sua gênese a geografia foi uma ciência branca e androcêntrica, suprimindo discussões que contemplassem as diferentes pessoas que constroem e vivem o espaço geográfico. Sujeitas e sujeitos como mulheres, negras e negros, pessoas LGBTQIA+ e indígenas não foram consideradas e considerados em sua multiplicidade identitária em razão da reprodução dos parâmetros do que era considerado ciência: neutralidade, universalidade, branquitude e heteronormatividade.

Nas últimas décadas, avanços em busca de uma geografia mais diversa e justa foram conquistados, dentre eles a sistematização das geografias negras e das geografias feministas. Esses subcampos reconhecem a complexidade da questão racial brasileira e das diferenças de gênero que estruturam o espaço geográfico e as relações de poder, buscando valorizar experiências espaciais não hegemônicas.

Quando pensamos acerca das mulheres negras, a geografia pode contribuir em reflexões como as posicionalidades ocupadas por elas no espaço geográfico, os desdobramentos dos processos espaciais em suas vidas e suas estratégias de resistência ao racismo, sexismo e desigualdade socioeconômica. Entendendo que o conhecimento é situado, posiciono-me nesta pesquisa enquanto geógrafa, pesquisadora, jovem, mulher, negra e periférica, que defende análises interseccionais que atribuam visibilidade à diversidade de sujeitas e sujeitos. Este texto foi construído com referenciais que permearam minha trajetória de pesquisa acerca das mulheres negras, desde a graduação, além de minha própria vivência enquanto tal.

Materiais e métodos

Apresentamos discussões teóricas acerca de temas como interseccionalidades, geografias negras, geografias feministas e mulheres negras, buscando articulá-los. Desse modo, o principal procedimento metodológico foi o levantamento e fichamento bibliográfico de pesquisas que debatem os conceitos elencados, além de outros como

espaço geográfico, racialidades, gênero e feminismo negro e mulheres negras. Tendo em vista as temáticas abordadas e para demarcar uma posição política, foram priorizadas as produções científicas de mulheres.

As denominadas “escrevivências” (Evaristo, 2017) fazem parte do processo de construção do texto. É um conceito que nos incentiva a reescrever a história a partir das vozes de pessoas negras. Desse modo, minha situacionalidade (Rose, 1997) enquanto mulher negra e geógrafa pesquisadora influenciou no processo de escrita. Em partes do texto, sobretudo na seção acerca das mulheres negras, a escrita é realizada em terceira pessoa (“nós”, “nossas”) com o intuito de demonstrar que os atravessamentos dos corpos femininos negros também são vividos por mim. Desenvolvo pesquisas acerca das relações raciais, gênero, cultura periférica e espaço urbano há alguns anos e este texto apresenta reflexões teóricas acumuladas ao longo dos processos de pesquisa, em que pude constatar a relevância do conceito de interseccionalidades na interpretação das vivências das mulheres negras.

Os subcampos das geografias negras e geografias feministas constituem o aporte teórico para as reflexões, subsidiados pelo pensamento decolonial. A decolonialidade busca romper com opressões históricas e valorizar a pluralidade epistêmica de diferentes narrativas, assim possibilita a não invisibilização das mulheres negras, mas sim o reconhecimento delas como produtoras de conhecimento e do espaço geográfico.

Dentre as principais pensadoras e pensadores que oferecem aportes para as interlocuções realizadas encontramos Kimberlé Crenshaw (2004, 2017), Carla Akotirene (2019), Leslie McCall (2005) e Maria Rodó-de-Zárate e Mireia Baylina (2018) na discussão de interseccionalidades; Djamila Ribeiro (2017, 2018), Sueli Carneiro (2003), Lélia Gonzalez (1984), bell hooks (2019) e Patricia Hill Collins (2019) nos entendimentos acerca das mulheres negras. Por sua parte, Joseli Maria Silva (2003, 2009a), Gillian Rose (1993), Linda McDowell (1997) e Gill Valentine (2007) oferecem aportes no subcampo das geografias feministas, e Geny Ferreira Guimarães (2018), Denilson Araújo de Oliveira (2020), Lorena Francisco de Souza e Alecsandro Ratts (2008) e Diogo Marçal Cirqueira e Gabriel Ciqueira Corrêa (2014) no subcampo das geografias negras. São pesquisadoras e pesquisadores não somente da ciência geográfica, que possuem diversas contribuições nas discussões elencadas.

O conceito de interseccionalidades

O debate das interseccionalidades se iniciou com as feministas negras, que perceberam a necessidade de evidenciar que as opressões de raça e gênero se entrecruzavam, assim como se articulavam a outras clivagens identitárias. No século XIX, Sojourne Truth já demonstrava a limitação de análises com foco apenas no gênero. Todavia, o conceito de interseccionalidades foi criado somente na década de 1980, por Kimberlé Crenshaw.

De acordo com Crenshaw (2017), as sobreposições de gênero, raça e classe social constituem as sujeitas e os sujeitos e as interseccionalidades possibilitam entender “como essas discriminações operam juntas, limitando as chances de sucesso das mulheres negras” (Crenshaw, 2004, p. 8). Ao reconhecermos que as identidades não podem ser pensadas sem considerar sua multiplicidade, potencializamos nossas análises, assim como nossas ações, tornando mais eficaz o enfrentamento às barreiras sociais.

Interseccionalidades são complexas e incorporá-las efetivamente nas análises não é uma tarefa simples, uma vez que a intenção não deve ser estabelecer menor ou maior importância às vivências de diferentes pessoas. Crenshaw (2004) destaca que uma das razões pelas quais as interseccionalidades são um desafio é por abordar diferenças dentro das diferenças. Pressupõe-se abandonar as “caixas” de opressão e não somar ou hierarquizar os eixos identitários, mas sim cruzá-los:

A interseccionalidade impede aforismos matemáticos hierarquizantes ou comparativos. Em vez de somar identidades, analisa-se quais condições estruturais atravessam corpos, quais posicionalidades reorientam significados subjetivos desses corpos, por serem experiências modelados por e durante a interação das estruturas, repetidas vezes colonialistas, estabilizadas pela matriz de opressão, sob a forma de identidade. Por sua vez, a identidade não pode se abster de nenhuma das suas marcações, mesmo que nem todas, contextualmente, estejam explicitadas. (Akotirene, 2019, pp. 43-44)

Como apontado por Akotirene (2019), não é uma soma de opressões ou competição para decidir quem é mais explorada ou explorada pela estrutura de poder. Nas palavras da autora, trata-se de uma articulação e diálogo entre/com as avenidas identitárias do racismo, sexismo, cisheteropatriarcado e capitalismo, para potencializar análises e pensar em caminhos contra a matriz de opressão colonialista.

Ao defenderem o conceito de interseccionalidades, as feministas negras tensionaram tanto o movimento feminista tradicional, quanto o campo científico. O primeiro porque desde a sistematização do feminismo as mulheres negras não forem contempladas em suas especificidades, pois as pautas dominantes eram das mulheres brancas. O segundo, por apontar as limitações das pesquisas que universalizavam as sujeitas e sujeitos e que teciam considerações generalistas. Análises interseccionais rompem com o ideal universal e essencialista de mulher, que é preconizado pela perspectiva ocidental (Oyêyùmi, 2021).

Assim como o que ocorreu e ocorre com outros conhecimentos produzidos por pessoas negras, também há tentativas de apropriação do conceito de interseccionalidades em que se desconsidera a raça como elemento determinante na constituição das sujeitas e os sujeitos sociais. Akotirene (2019) discute a disputa acadêmica do termo, enquanto destaca que a retirada do elemento racial das análises reduz sua riqueza conceitual e perpetua o silenciamento das mulheres negras e do conhecimento produzido por elas. Reforço: o conceito de interseccionalidades é uma contribuição científica de feministas negras. Isso não quer dizer que somente pessoas negras possam utilizá-lo, ele permite diversas análises, entretanto faz-se imprescindível não perder de vista que a questão racial está na base dele e não se restringe às discussões acerca da população negra, também envolve pensar a respeito da branquitude e das identidades privilegiadas.

Outros eixos identitários podem e precisam ser articulados às três clivagens basilares: raça, gênero e classe, como por exemplo sexualidades, idade, religiões e etnias. McCall (2005) destaca que a interseccionalidade diz respeito à posição que a sujeita e o sujeito ocupa na sociedade; assim, de acordo com o contexto social, espacial e histórico em que se está inserida ou inserido, determinadas categorias identitárias serão acionadas. Dessa forma, conforme o grupo investigado, cabe à pesquisadora e ao pesquisador refletirem acerca de quais eixos de opressão precisam ser acionados nas interpretações.

A ciência geográfica oferece potencialidades na interpretação das realidades interseccionais. O espaço geográfico também pode ser entendido como um dos eixos que compõem as interseccionalidades, pois de acordo com o contexto espacial vivenciado pelas pessoas, as opressões assumem contornos específicos. Contudo, Rodó-de-Zárate e Baylina (2018) apontam que o espaço é pouco considerado nas relações interseccionais. Considero que os subcampos das geografias negras e geografias feministas podem contribuir para o aumento das pesquisas que discutem

interseccionalidades, principalmente em uma perspectiva plural, antirracista, feminista e que busca a equidade.

Geografias negras e geografias feministas na teorização acerca das interseccionalidades

O mundo moderno e a ciência hegemônica foram estruturados pela colonialidade do poder, do ser e do saber (Mignolo, 2004; Quijano, 2007). O paradigma colonial da racionalidade/modernidade impôs uma forma única de conhecer o mundo e, com base na ideia de raça e negação de culturas, provocou o extermínio de pessoas, modos de existir e epistemologias (Quijano, 2007). A produção do conhecimento científico, dominada pelos padrões e modos de apreensão da realidade ocidentais (Oyêyùmí, 2021) disseminou o eurocentrismo, a universalidade, a neutralidade, a branquitude e heterossexualidade. Assim, uma série de conhecimentos e cosmologias foram ignorados e invisibilizados, dentre eles o das pessoas negras e das indígenas.

As geografias negras e as geografias feministas defendem o rompimento com as invisibilizações das vivências e conhecimentos produzidos por pessoas que não se enquadram no padrão de ciência defendido pela hegemonia ocidental. Nesse âmbito, embora a decolonialidade não seja o foco do texto, saliento que as análises nesses subcampos podem ser enriquecidas pela perspectiva decolonial (Quijano, 2007).

Não é possível compreender a emergência e importância das geografias negras sem considerar o racismo estrutural da sociedade brasileira. De acordo com Almeida (2018), o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento e que resulta em desvantagens ou privilégios para as pessoas de acordo com o grupo racial que pertencem. Em razão do racismo brasileiro, historicamente a população negra foi alvo de um genocídio físico, moral, cultural e também epistemológico. Negras e negros enfrentam uma série de barreiras e negações de direitos, enquanto que brancas e brancos usufruem de privilégios seculares.

Além de sociais, econômicas e políticas, as barreiras impostas são também espaciais. De acordo com Santos (2007), há uma construção espacial baseada nas relações raciais de poder, em que as pessoas, consciente ou inconscientemente, sabem onde a raça e o pertencimento racial são critérios reguladores das relações socioespaciais e onde não são (Santos, 2007). Embora os processos geográficos sejam diretamente afetados pela raça, que influencia na estruturação do espaço, a geografia não atribuiu grande

importância ao conceito. Quando a atenção foi dada, a categoria raça foi utilizada para justificar hierarquias, como pelos geógrafos Ritter, Ratzel e La Blache quando descreveram e qualificaram as diferenças e hierarquias socioespaciais entre os lugares (Cirqueira e Corrêa, 2014).

Foi somente a partir da década de 1980 que críticas antirracistas passaram a ser produzidas (Guimarães, 2020). Na virada do século XX para o XXI, as pesquisas que tem a questão racial como tema central e se propõem a ser antirracistas aumentaram consideravelmente, apontando para disputas de narrativas que não são livres de tensões e desconfortos segundo Silva e de Souza (2022).

Nesse contexto, geógrafas negras e geógrafos negros em sua maioria, defenderam a sistematização do subcampo das geografias negras. O marco dessa defesa foi o “Manifesto por uma geografia negra”, apresentado em 2019, em São Paulo, e direcionado à Associação das/os Geógrafas/os Brasileiras/os (AGB), à Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia (ANPEGE) e ao conjunto das e dos estudantes e profissionais de geografia. O manifesto apresentava demandas e proposições por uma geografia negra, demonstrando a relevância das pesquisas produzidas desde 1990 (Silva e de Souza, 2022).

De acordo com Guimarães (2020), as geografias negras defendem a produção do conhecimento a partir de uma perspectiva negra e antirracista. Para tanto, há a necessidade de repensar a forma como o conhecimento geográfico foi sistematizado, traçando caminhos mais adequados para entender as racialidades. As pesquisas das geografias negras pressupõem:

1. Escritas Geográficas Enegrecidas: enegrecer esta ciência com teóricos negros por meio de: (a) repensar a historiografia da Geografia a partir de rasuras e construções geográficas negras e (b) preocupar-se com uma bibliografia e com um conteúdo epistemológico, metódico e de metodologias negras;
2. fazer Geográfico Enegrecido: com pesquisas cujos objetos de estudos sejam negros e sobre relações étnico-raciais. (Guimarães, 2018, p. 45).

Uma das ações que possibilitarão o enegrecimento da ciência é a formação de mais pessoas negras nas universidades brasileiras, para que tenham oportunidade de desenvolver pesquisas antirracistas, uma vez que geralmente são elas que teorizam acerca das relações sociais nessa perspectiva. Ações afirmativas são fundamentais, como as cotas raciais no ensino superior. Conforme mais pessoas negras se tornarem pesquisadoras, a posição de ser somente tema de

estudo será deixada para trás, sendo reconhecidas como produtoras de conhecimento. Também faz-se necessário romper com a reprodução da invisibilização epistemológica dos conhecimentos historicamente produzidos por negras e negros, atribuindo destaque à suas contribuições científicas.

Tal como as pessoas negras, as mulheres também foram silenciadas na ciência geográfica e na produção científica. A geografia negligenciou os estudos de gênero por muito tempo, considerando homens como sujeitos universais do conhecimento e reproduzindo os parâmetros do que se considerava ciência. O artigo de Monk e Hanson (2016) denuncia esse cenário, em “Não excluam metade da humanidade da geografia humana”. Ali, as autoras apontam que a geografia não se atentou às questões de gênero, presumindo papéis de gênero tradicionais e não se preocupando com as mulheres —e acrescento aqui pessoas não binárias— tanto como sujeitas de pesquisa, quanto como aquelas que constroem a ciência. Tratam-se de influências do paradigma modernidade/colonialidade, que exerceu a dominação e classificação de gênero, fazendo dela uma ferramenta de controle que designa duas categorias sociais opostas, binárias e hierárquicas (Lugones, 2008).

Nesse sentido, as geografias feministas foram criadas para compreender de que forma os gêneros estão postos na estrutura de dominação socioespacial, uma vez que as mulheres têm se posicionado de forma diferente no mundo, e para buscar caminhos para superação das dicotomias e exclusões (Silva, 2003). O subcampo se estrutura com base no feminismo, movimento político que defende a equidade de gênero. O gênero enquanto uma construção social que determina os papéis sociais, assim como a raça também estrutura as relações espaciais.

Concomitante ao movimento feminista, uma série de mulheres geógrafas —influenciadas pela segunda onda do feminismo— na década de 1970 se opuseram a estrutura androcêntrica/masculinista da geografia e iniciaram um discurso contra hegemônico. Esse discurso tinha como marcas: o desafio à universalidade e neutralidade do saber geográfico estabelecido, e a defesa de novos caminhos científicos (metodológicos e epistemológicos) que reconhecessem a visibilidade dos grupos sociais vulneráveis (Silva, 2009a).

Uma outra interpretação das realidades sociais passou a ser produzida, desconstruindo os discursos geográficos que silenciaram, subordinaram e invisibilizaram as mulheres e outros grupos minoritários. Geógrafas feministas como Doreen Massey, Linda McDowell, Susan Hanson, Janice

Monk, Gil Valentine, Gillian Rose e Liz Bondi, foram essenciais na consolidação das geografias feministas e na produção dos discursos contra hegemônicos.

As geografias feministas buscam valorizar as existências espaciais das mulheres e outros grupos oprimidos, como a população LGBTQIA+. A luta é pelo reconhecimento das distinções de gênero como estruturantes do espaço geográfico e das relações sociais e de poder. Em virtude das desigualdades de gênero, as sujeitas e os sujeitos não se apropriam do espaço geográfico de forma equitativa, e isso afeta a constituição de suas subjetividades e identidades. As geógrafas feministas defendem que as múltiplas trajetórias sejam consideradas, sem excluir grupos sociais.

A nível global, a partir dos anos 2000, os estudos das geografias feministas têm se concentrado nas seguintes discussões na perspectiva de gênero: interseccionalidades, corpo como uma escala de análise, mobilidade urbana e transnacional, migração, trabalho, meio ambiente e política (Oberhauser et al., 2018). No Brasil, as geografias feministas ainda enfrentam resistência para serem reconhecidas enquanto ciência (Silva, 2009a, 2009b), por desafiar os pressupostos ocidentais da ciência. Entretanto, desde a virada do século XX para o XXI, a quantidade de pesquisas cresceu e o campo tem consolidado sua importância na compreensão dos processos geográficos. Com o passar dos anos, o próprio subcampo revisou alguns de seus conceitos basilares como gênero e sexualidades. Faz-se importante destacar que, como apontado por Doreen Massey, em entrevista a Silva et al. (2017), as discussões feministas não se restringem somente ao subcampo: são mais amplas e dizem respeito ao desenvolvimento de pesquisas e modos de analisar fatos, sem reproduzir silenciamentos e perpetuar ausências.

Embora diversos avanços tenham sido conquistados ao longo dos anos, por se tratar de um projeto ambicioso, em palavras de Silva (2009a), nem sempre todos os grupos foram contemplados com a devida atenção. Além de ter sido constituída sobre o privilégio de gênero, a geografia também se estruturou em privilégios de raça e se faz fundamental que os estudos feministas tenham uma interlocução efetiva com a diversidade de raças, etnia, religião e cultura. Movimento este que, segundo Oberhauser et al. (2018), tem sido realizado por geógrafas de diferentes realidades mundiais.

Críticas à ausência de estudos feministas que contemplem o feminismo negro na geografia são realizadas desde os anos 1990, em que já se apontava a sub-representação das mulheres negras e pessoas LGBTQIA+ (Silva, 2009a).

Cenário que aponta para a importância da ampliação do número de pesquisas a respeito das racialidades e sexualidades e, para além disso, visibilidade às produções. Portanto, a interlocução entre os subcampos das geografias negras e das geografias feministas pode produzir avanços significativos no entendimento da diversidade social que compõe o espaço geográfico. A partir de pesquisas antirracistas e antissexistas, poderemos pensar em projetos alternativos na busca de uma sociedade mais justa e equitativa.

Quando menciono o rompimento com narrativas e conhecimentos historicamente sistematizados para a construção de uma ciência plural, a intenção não é invalidá-los e produzir novos silenciamentos. O conhecimento científico produzido até os dias atuais possui inegáveis contribuições no entendimento do mundo contemporâneo, mas faz-se fundamental que aqueles discursos que reafirmaram estigmas, inferiorizações e subalternizações sejam duramente criticados e revistos. Faz-se urgente a necessidade de atribuir visibilidade e importância para as escritas que secularmente foram suprimidas. Escritas das pessoas negras, mulheres, indígenas e LGBTQIA+, além de outros grupos vulneráveis, que durante anos foram impedidos de adentrar as universidades.

Como apontado por Silva (2009a, 2009b), a geografia brasileira, assim como a ciência em geral, é produzida por pessoas racializadas, generificadas e sexualizadas. Isso nos leva à necessidade de corporificar o conhecimento. Apesar da corporificação, Silva e de Souza (2022), ao investigarem os marcadores corpóreos de pesquisadoras e pesquisadores e os efeitos do sexismo e do racismo na geografia, concluíram que as pesquisas acerca das racialidades são, majoritariamente, masculinas. Ademais, os periódicos que possuem maior quantidade de artigos com a temática racial são de qualidade média e alta (qualis B1, B2, A1 e A2), existindo uma quantidade considerável de pesquisas em periódicos do estrato B5, considerado de baixa qualidade. Esse panorama demonstra que a ciência e sua divulgação ainda não são totalmente acolhedoras ao debate racial e que as mulheres enfrentam desafios nas carreiras acadêmicas (Silva e de Souza, 2022).

Nesse sentido, resulta fundamental pensar as interseccionalidades na produção científica, não somente nas sujeitas e os sujeitos de pesquisa, mas também nas pesquisadoras e pesquisadores que estão elaborando teorizações. A partir da constatação do predomínio dos homens nas produções em destaque na ciência geográfica (Silva e de Souza, 2022), torna-se evidente os enfrentamentos que mulheres cientistas tem que realizar para alcançar

posições de destaque. Marcadores como gênero, raça, sexualidade e etnia influenciam nas trajetórias acadêmicas, determinando o tempo que poderão dedicar às atividades de pesquisa. Um exemplo marcante das disparidades de gênero na ciência ocorreu durante a pandemia de Covid-19, em que o índice de produtividade das mulheres caiu, o que pode ser explicado pelo isolamento social que sobrecarregou diversas mulheres (USP, 2020). As fronteiras entre casa e trabalho ruíram e as tripas jornadas de trabalho confluíram em um mesmo espaço: atividades do trabalho, cuidados com a casa e, quando mães, cuidado com os filhos e filhas.

Ainda que as pesquisas nas geografias negras e geografias feministas continuem crescendo, comumente, pesquisadoras e pesquisadores desses subcampos são alvo de preconceitos, pois suas produções são tidas como não científicas ou demasiadamente pessoais. São tentativas de deslegitimação que impedem que as pesquisas sejam plenamente difundidas e que as pesquisadoras e pesquisadores sejam valorizadas e valorizados. Faz-se urgente o rompimento do pressuposto da neutralidade científica em pesquisas que teorizam acerca das relações sociais, as pesquisadoras e pesquisadores possuem posicionalidades que interferem em suas formas de interpretar a realidade, sendo que até mesmo a escolha do tema de pesquisa já é um indicativo da situacionalidade. Por exemplo, quando uma pesquisadora negra ou um investigador negro estuda o grupo ao qual pertence, possui vivências que uma pessoa fora do contexto estudado não tem; daí as potencialidades em relacionar as vivências com as interpretações científicas. Trata-se de conhecimento válido que não pode ser descredibilizado.

Nas análises geográficas, segundo Silva e Silva (2011), as interseccionalidades permitem construir um entendimento relacional do espaço, a partir do cruzamento de dimensões identitárias e vivências espaciais. Os pressupostos e metodologias defendidas tanto pelas geografias negras quanto pelas feministas fortalecem essa construção. Para incorporarmos as interseccionalidades de forma efetiva nas pesquisas, as perspectivas relacional (Massey, 2004) e paradoxal (Rose, 1993) do espaço geográfico oferecem importantes direcionamentos, possibilitando pensar nos limites sociais dos contextos vivenciados por diferentes sujeitas e sujeitos, mas também nas resistências e potências.

As geografias feministas demarcam a necessidade de considerar a diversidade de gênero e sexualidade na constituição identitária das pessoas, enquanto que as geografias negras destacam a importância de contemplar a população negra nos estudos, ambas refletindo a respeito desses aspectos no espaço geográfico. Desse modo, a junção

dessas geografias não reproduz invisibilizações ao considerar a base das interseccionalidades (raça, gênero e classe), mas também outros eixos como sexualidade e etnia. As metodologias horizontais que defendem e que privilegiam as visões dos grupos estudados, como as entrevistas, os grupos focais e a pesquisa colaborativa, propiciam estabelecer relações não hierárquicas com as pessoas e interpretar como suas corporeidades, performances, negociações e sociabilidades acontecem no espaço e tempo. As vivências das mulheres negras são exemplos de realidades que podem ser compreendidas por meio da articulação entre as geografias negras e as feministas.

Resultados

As vivências interseccionais de mulheres negras

Nossas trajetórias de vida e de espaço, enquanto mulheres negras, são marcadas por resistências e pela reivindicação de sermos reconhecidas como seres humanos. Nossas humanidades foram negadas pela estrutura de poder colonial, e o paradigma da racionalidade/modernidade continua a nos subalternizar e nos condicionar a contextos marcados pelo racismo e pelo sexismo. Logo, nossas vivências e demandas não podem ser tratadas apenas pelo viés de gênero ou de raça, mas sim pela intersecção dos eixos de opressão. As marcas de, pelo menos, três opressões históricas: raça, gênero e classe (Davis, 2016) são as referências pelas quais somos posicionadas e estigmatizadas pelas colonialidades do poder, do ser e do saber. Livrar-nos das construções históricas sobre estas marcas e da marginalização, ressignificando os imaginários e posições é um desafio cotidiano.

O imaginário social a respeito das mulheres negras é permeado por estigmas e estereótipos. Gonzalez (1984) estabelece três noções às quais somos associadas: mulata, doméstica e mãe preta. O termo “mulata” está relacionado ao carnaval e expressa impureza (Ribeiro, 2018), “doméstica” nos associa ao trabalho em casa e “mãe preta” diz respeito ao desempenho da função materna que mulheres privilegiadas terceirizam para as negras desde o período colonial. Secularmente, fomos ultrassexualizadas e desumanizadas, tendo nossas corporeidades utilizadas para justificar diferentes abusos.

Nesse âmbito, Ribeiro (2018) reflete acerca de se sentir estrangeira em seu próprio país, destacando a exotização e subalternização de nossos corpos. A estrutura de poder introjeta em nós o sentimento de não pertencer aos espaços de poder e prestígio, quando os ocupamos enfrentamos uma série de olhares de estranhamento e tentativas de

invisibilização. A falta de referências nesses espaços também afeta nossa permanência neles.

As opressões interseccionais que nos atingem são denominadas de matriz de dominação, por Collins (2019). A matriz de dominação é organizada por quatro domínios de poder inter-relacionados: o estrutural (instituições sociais), o disciplinar (leis e hierarquias burocráticas), o hegemônico (ideologia, cultura e consciência) e o interpessoal (práticas cotidianas). Quando esses domínios são relacionados reproduzem a subordinação de mulheres negras, manipulam imaginários sociais e consolidam relações de poder desiguais (Collins, 2019). As matrizes evidenciam a forma como as interseccionalidades contribuem no pensamento acerca dos corpos femininos negros. Entendendo o espaço geográfico enquanto um eixo que também pode resultar em opressões para mulheres negras, é importante considerar as posicionalidades ocupadas na estrutura de poder e como as matrizes de dominação são acionadas na organização espacial, restringindo práticas espaciais autônomas e afirmativas.

Com base na intersecção de eixos de opressão, o feminismo negro foi criado como uma vertente do movimento feminista, focando na luta pelas pautas femininas negras. Ele questiona as bases epistemológicas da construção do conhecimento e pensa em estratégias para o enfrentamento do racismo, sexismo e cisheteropatriarcado. Daí que defendo o feminismo negro por acreditar que é mais adequado para a luta das mulheres negras.

A urgência do feminismo negro ocorreu em um contexto marcada pela invisibilização das mulheres negras no feminismo tradicional, assim como na sociedade. Os avanços proporcionados pelo feminismo são extremamente significativos para as mulheres, no entanto o racismo foi reproduzido em suas estruturas internas. Apontando o privilégio racial usufruído pelas feministas brancas, o feminismo negro questiona a universalidade da categoria mulher (Ribeiro, 2017). Embora a necessidade de considerar a diversidade de mulheres e a desumanização das mulheres negras já tivesse sido apontado no século XIX, sobretudo por Sojourner Truth (hooks, 2019), foi somente na terceira onda feminista, por volta da década de 1970 e 1980, que as múltiplas identidades das mulheres começaram a ser consideradas. Judith Butler ganhou destaque nesse debate, mas feministas negras como bell hooks e Audre Lorde também teceram teorizações imprescindíveis.

Nesse sentido, o debate interseccional foi criado, impulsionado e consolidado pelo feminismo negro, contribuindo para as teorizações que as feministas negras

já realizavam. As discussões interseccionais potencializam o enegrecimento do feminismo (Carneiro, 2003), assim como das discussões na ciência e na sociedade. Trata-se de oportunizar que as vozes das mulheres negras sejam ouvidas e suas pautas tenham visibilidade. Como demonstrado pela pesquisa de Silva e de Souza (2022), a corporização das pesquisadoras e pesquisadores releva que as cientistas negras são subrepresentadas nos cargos de docentes no ensino superior e vivenciam uma marginalização epistêmica. Os saberes ancestrais de mulheres negras que não adentraram as universidades continuam a ser ignorados pela ciência hegemônica, enquanto que as pesquisadoras negras também enfrentam barreiras na carreira acadêmica.

As discussões interseccionais demonstram que a representatividade feminina nos espaços não é suficiente. É preciso articular o gênero à eixos como raça e sexualidade, reivindicando que haja maior diversidade dentro do próprio grupo, como representatividade de mulheres negras, indígenas e trans. De acordo com de Souza e Ratts (2008), a ciência geográfica precisa se preocupar com a dimensão espacial das relações entre gênero e raça: “É imprescindível questionar a presença ou ausência destas mulheres negras em locais públicos, como a escola enquanto lugar de trabalho, e privados, como nos momentos de lazer ou com a família” (de Souza e Ratts, 2008, p. 9). Precisamos questionar quais espaços as mulheres negras estão acessando, como isso é determinado e quais são os intuitos.

Silva e Silva (2011) ressaltam que as análises interseccionais rompem com o entendimento do espaço geográfico como fechado e fixo, destacando os movimentos espaciais e relacionais que são constantemente realizados pelas pessoas em sua diversidade. Assim como a categoria mulher não é universal, o grupo de mulheres negras também é plural. Por exemplo, há mulheres negras que tiveram seus ciclos de exclusão quebrados e ascenderam socialmente, possuindo um campo de possibilidades mais amplo, mas ainda sendo atingidas por opressões. Enquanto que mulheres negras, periféricas e empobrecidas, submetidas a exclusões diárias, possuem experiências de espaço distintas, mais restritas e marginalizadas.

Além das discussões realizadas até aqui, destaco dois conceitos dos subcampos das geografias negras e das geografias feministas, os quais tenho utilizado em minhas pesquisas por oferecerem direcionamentos para pensar as realidades das mulheres negras e que são potencializados pela reflexão interseccional: problema espacial (de Oliveira, 2020) e espaço paradoxal (Rose, 1993). Nas geografias negras, de Oliveira (2020) teoriza que a população negra

é entendida como um problema espacial, o que faz com que as espacialidades das pessoas negras sejam constantemente controladas, sendo que três “soluções” são empregadas: impor mais obstáculos e constrangimentos, negar a si e sua coletividade, e exterminar fisicamente. As mulheres negras são consideradas problemas espaciais pela estrutura de poder dominante. A partir das intersecções com classe, sexualidade, religião, etnia e idade, o processo de instituição de espacialidade se torna mais desafiador à medida que as vulnerabilidades aumentam. Dentre as situações que representam esse panorama, podemos pensar nas mulheres negras empobrecidas que enfrentam processos como a segregação socioespacial; quando elas são trans há também transfobia e a violência que as confina ainda mais, ou quando fazem parte de religiões de matriz africana convivem com a intolerância religiosa que interfere em suas corporalidades. As interseccionalidades complexificam a reflexão acerca de pessoas negras enquanto problemas espaciais.

No âmbito das geografias feministas, Rose (1993) cunhou o conceito de espaço paradoxal que entende o espaço como multidimensional, mutável e contingente, em que as pessoas ocupam diferentes posições simultaneamente, oscilando entre o centro e a margem. As interseccionalidades são múltiplas, instáveis e fluídas (Valentine, 2007) e as pessoas estão em constante movimento, ou seja, de acordo com suas identidades elas estão se posicionando e reposicionando conforme as relações de poder do espaço em que estão. Espaço paradoxal permite pensar nas barreiras impostas às mulheres, mas também em suas resistências e possibilidades de emancipação (Rose, 1993). Ao refletirmos acerca das espacialidades paradoxais de mulheres negras, há o controle permanente sobre a construção e afirmação de nossas identidades, o que nos marginaliza. Mas há também os espaços em que conseguimos estabelecer posições de protagonismo, tais como movimentos sociais e coletivos culturais, em que rompemos com o entendimento de que somos problemas espaciais (de Oliveira, 2020) e demonstramos nossas potências.

A partir de pesquisas que tenho realizado nos últimos anos, constatei que coletivos da cultura marginal e periférica tais como batalhas de rima, *saraus* e *poetry slams* tem sido importantes espaços para afirmação das mulheres negras, em que adquirem referenciais positivos, criam redes de sociabilidade, potencializam as práticas espaciais e ampliam seu processo de instituição de espacialidades, acessando locais que não lhes foram destinados. Esse é somente um exemplo das espacialidades paradoxais que as mulheres negras constroem. Ocupar espaços que nos foram historicamente negados simboliza afirmação

individual e coletiva, e possibilita lutar pela construção de espaços mais justos e equitativos. Em suma, é uma forma de resistência e transformação da hegemonia do poder colonial e moderno.

Portanto, reforço a importância de pensar as interseccionalidades e o espaço geográfico não somente pelo viés de sua utilização para impor barreiras socioespaciais às mulheres negras, mas também como forma de potencializar nossa luta por oportunidades e equidade. As geografias negras e feministas são subcampos importantes na busca por interpretações e análises completas e que consideram a diversidade de identidades. A partir de interlocuções entre diferentes subcampos da ciência geográfica, ampliamos nossas possibilidades de construir uma ciência que não reproduza invisibilizações e contribua na luta antirracista, antissexista e decolonial.

Considerações finais

Neste texto me concentrei em discutir a importância da incorporação das interseccionalidades nas análises geográficas, tarefa que também precisa se estender a outros campos da ciência. Trata-se de uma atividade complexa, que nem sempre é executada de forma a contemplar as pluralidades em todas suas tessituras, mas esforços precisam continuar a serem realizados. Pensar as interseccionalidades possibilita realizarmos pesquisas mais completas e justas, do ponto de vista da diversidade de sujeitas e sujeitos que compõem a sociedade.

As interseccionalidades impedem homogeneizações, universalizações e neutralidades. No caso das mulheres negras, a partir da luta de diversas personalidades negras e do feminismo negro, o debate das interseccionalidades se consolidou e demonstrou a importância de não interpretar nossas vivências somente sobre uma perspectiva, seja de raça, gênero ou classe social.

As geografias negras e as geografias feministas são subcampos frutíferos para a realização de pesquisas interseccionais. Defendo que diálogos sejam estabelecidos entre essas geografias para a potencialização dos estudos científicos. Temáticas plurais, como as realidades das mulheres negras, não devem ser teorizadas somente por um viés científico, mas sim a partir da interlocução entre diferentes autoras e autores para podermos construir conhecimentos mais efetivos e propositivos. Para tanto, também faz-se imprescindível uma maior diversidade de identidades entre as próprias pesquisadoras e pesquisadores das ciências, considerando que há um protagonismo de homens brancos, enquanto que os conhecimentos produzidos

por mulheres, pessoas negras, indígenas e LGBTQIA+ ainda enfrentam barreiras para serem reconhecidos como científicos.

O aumento de pesquisas nos campos das geografias negras e geografias feministas, na virada do século XX para o XXI, demonstra que estamos no caminho da construção de uma ciência mais justa e plural, que contemple as diversidades em suas potencialidades e pense em um projeto de sociedade equitativo. Faz-se preciso que mais pessoas negras, mulheres, pessoas LGBTQIA+ e indígenas acessem às universidades públicas brasileiras para que possam se sentir representados e para que tenham a oportunidade de refletir acerca de temas que afetam diretamente suas realidades.

O intuito deste texto foi demonstrar como o processo de constituição identitária e de espacialidades das sujeitas e dos sujeitos ocorre de modo simultâneo, e é influenciado pelas interseccionalidades. Nesse sentido, destaco a importância da continuidade dos estudos interseccionais não somente na geografia, mas na ciência, além da necessidade de mais pesquisas que teorizem acerca das realidades vivenciadas por mulheres negras e outras sujeitas e outros sujeitos que também são oprimidas e oprimidos pela estrutura de poder desigual.

Referencias bibliográficas

- Akotirene, C. (2019). Interseccionalidade. *Sueli Carneiro e Polén*.
- Almeida, S. L. (2018). *O que é racismo estrutural?* Letramento.
- Carneiro, S. (2003). Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, 17(49), 117-132. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300008>
- Cirqueira, D. M. e Corrêa, G. S. (2014). Questão étnico-racial na geografia brasileira: um debate introdutório sobre a produção acadêmica nas pós-graduações. *Revista ANPEGE*, 10(13), 29-58. <https://doi.org/10.5418/RA2014.1013.0002>
- Collins, P. H. (2019). *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Boitempo.
- Crenshaw, K. W. (2004). A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. *Cruzamento: raça e gênero*, 7-16.

- Crenshaw, K. W. (2017). *Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não-brancas*. Geledés.
- Davis, A. (2016). *Mulheres, raça e classe*. Boitempo.
- De Oliveira, D. A. (2020). A questão racial brasileira: apontamentos teóricos para compreensão do genocídio negro. *Revista da ABPN*, 12(34), 73-98.
- De Souza, L. F. e Ratts, A. J. P. (2008). Raça e gênero sob uma perspectiva geográfica: espaço e representação. *Boletim Goiano de Geografia*, 28(1), 143-156. <https://doi.org/10.5216/bgg.v28i1.4907>
- Evaristo, C. (2017). *Becos da memória*. Pallas.
- Gonzalez, L. (1984). Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Ciências Sociais Hoje*, 223-244.
- Guimarães, G. F. (2018). A geografia desde-dentro nas relações étnico-raciais. Em M. D. dos R. Nunes, I. S. dos Santos e H. C. Maia (Orgs.), *Geografia e ensino: aspectos contemporâneos da prática e da formação docente* (pp. 67-94). EDUNEB.
- Guimarães, G. F. (2020). Geo-grafias negras & geografias negras. *Revista da ABPN*, 12 (especial), 292-311.
- hooks, b. (2019). *E eu não sou uma mulher?* Rosa dos Tempos.
- Lugones, M. (2008). Colonialidad y género. *Tabula Rasa*, 9, 73-101. <https://doi.org/10.25058/20112742.340>
- Massey, D. (2004). Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações. *GEOgraphia*, 6(12), 7-23. <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2004.v6i12.a13477>
- McCall, L. (2005). The Complexity of Intersectionality. *Signs*, 30(3), 1771-1800. <https://doi.org/10.1086/426800>
- McDowell, L. (1997). Women/gender/feminisms: Doing Feminist Geography. *Journal of Geography in Higher Education*, 21(3), 381-400. <https://doi.org/10.1080/03098269708725444>
- Mignolo, W. D. (2004). Os esplendores e as misérias da “ciência”: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistêmica. Em B. de Souza Santos (Org.), *Conhecimento prudente para uma vida decente: “Um discurso sobre as ciências” revisitado* (pp. 667-710). Cortez.
- Monk, J. e Hanson, S. (2016). Não excluam metade da humanidade da geografia humana. Em J. M. Silva, M. J. Ornat e A. B. Chimin (Orgs.), *Geografias feministas e das sexualidades: encontros e diferenças* (pp. 31-54). TodaPalavra.
- Oberhauser, A. M., Fluri, J. L., Whitson, R. e Mollett, S. (2018). *Feminist Spaces: Gender and Geography in a Global Context*. Routledge.
- Oyêwùmi, O. (2021). *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Bazar do Tempo.
- Quijano, A. (2007). Colonialidad del poder y clasificación social. Em S. Castro-Gómez e R. Grosfoguel (Eds.), *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global* (pp. 93-128). Siglo del Hombre, Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana e Instituto Pensar.
- Ribeiro, D. (2017). O que nos torna mulheres? Os perigos de novas normatizações e a importância do caminho descontinuo. *Revista Observatório Itaú Cultural*, 21, 86-95.
- Ribeiro, D. (2018). *Quem tem medo do feminismo negro?* Companhia das Letras.
- Rodó-de-Zárate, M. e Baylina, M. (2018). Intersectionality in Feminist Geographies. *Gender, Place & Culture*, 25(4), 547-553. <https://doi.org/10.1080/0966369X.2018.1453489>
- Rose, G. (1993). *Feminism & Geography: The Limits of Geographical Knowledge*. Polity Press.
- Rose, G. (1997). *Situating Knowledges: Positionality, Reflexivities and other Tactics*. *Progress in Human Geography*, 21(3), 305-320. <https://doi.org/10.1191/030913297673302122>

- Santos, R. E. (2007). O ensino de geografia do Brasil e as relações raciais: reflexões a partir da Lei 10.639. Em R. E. dos Santos, *Diversidade, espaço e relações sociais: o negro na geografia do Brasil* (pp. 21-40). Grupo Autêntica.
- Silva, J. M. (2003). Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. *Revista de História Regional*, 8(1), 31-45.
- Silva, J. M. (2009a). Fazendo geografias: pluriversalidades sobre gênero e sexualidades. Em J. M. Silva, *Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades* (pp. 25-53). TodaPalavra.
- Silva, S. M. (2009b). A perspectiva feminista na geografia brasileira. Em J. M. Silva, *Geografias subversivas: o discurso sobre espaço, gênero e sexualidades* (pp. 301-313). TodaPalavra.
- Silva, J. M. e Silva, M. G. (2011). Introduzindo as interseccionalidades como um desafio para a análise espacial no Brasil: em direção às pluriversalidades do saber geográfico. Em M. G. Silva Nascimento e J. M. Silva (Orgs.), *Interseccionalidades, gênero e sexualidades na análise espacial* (pp. 17-35). TodaPalavra.
- Silva, C. C. L. e de Souza, L. F. (2022). Geografia e a perspectiva interseccional de gênero e raça: corporeidade e espaços que produzem o campo científico. *Revista Latino Americana de Geografia e Gênero*, 13(1), 125-148. <https://doi.org/10.5212/Rlagg.v.13.i1.0006>
- Silva, J. M., Ornat, M. J. e Chimin Junior, A. B. (2017). “Não me chame de senhora, eu sou feminista”! Posicionalidade e flexibilidade na produção geográfica de Doreen Massey. *GEOgraphia*, 19(40), 11-20. <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2017.v19i40.a13796>
- USP. (2020). Produção científica feminina cai devido à pandemia. *ABCD USP*. https://www.abcd.usp.br/noticias/49310/?doing_wp_cron=1680044245.7259950637817382812500
- Valentine, G. (2007). Theorizing and Researching Intersectionality: A Challenge for Feminist Geography. *The Professional Geographer*, 59(1), 10-21. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9272.2007.00587.x>